

POLÍTICA DE PRIVACIDADE PARA AVALIAÇÃO A DISTÂNCIA

1. Quem é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais?

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a Ensilis, Educação e Formação, Unipessoal, Lda., entidade instituidora da Ensilis Europeia, do Instituto Português de Administração de Marketing do Porto e do Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa, pessoa coletiva com o número 504 669 788 e com sede social em a Quinta do Bom Nome, Estrada da Correia, 53, 1500 210 Lisboa, doravante designada “Ensilis”.

A Ensilis nomeou formalmente um Encarregado de Proteção de Dados (doravante denominado “DPO”) e também possui o seguinte endereço eletrónico para comunicações sobre esta matéria: direitos.dados@Ensiliseuropeia.pt

2. Como obtemos os seus dados pessoais?

Para responder a essa pergunta, o titular dos dados deve distinguir as fontes dos seus dados pessoais e o tipo de dados processados pela Ensilis:

- a) Fontes de onde provêm os dados pessoais
 - i. Cedência dos dados pelo titular nos procedimentos que estabelece com a Ensilis;
 - ii. Tratamento de dados pessoais necessários ao desenvolvimento da atividade administrativa e científica desenvolvida pela Ensilis;
 - iii. Acesso por fontes externas, no caso de ter consentido.
- b) Tipos de dados pessoais
 - i. Dados de identificação;
 - ii. Dados académicos;
 - iii. Outros dados pessoais suscetíveis de ser registados durante a utilização da plataforma e que revelem aspetos da vida privada dos titulares, i.e., imagens dos titulares e do seu entorno, voz e declarações verbais dos titulares, declarações dos titulares em conversações em messaging e em fóruns e documentos partilhados pelos titulares através das plataformas;
 - iv. Dados sensíveis, i. e., os necessários para adaptar a utilização da plataforma às necessidades de estudantes portadores de incapacidades, bem como os dados

relativos à saúde que se revelem em virtude da captação audiovisual, bem como dados biométricos para confirmar a sua identidade.

3. Dados de terceiros

A Ensilis não pretende recolher dados de terceiros. No decorrer da captação audiovisual, é possível que ocorra uma recolha indesejada da imagem, som e declarações de outras pessoas que se encontrem no mesmo espaço dos titulares. Se tal ocorrer, deve informar o terceiro dos termos da presente política.

4. Para que fins processamos os seus dados pessoais?

Na Ensilis, processamos os seus dados pessoais para atingir os seguintes objetivos:

- a) Realizar a avaliação dos estudantes em regime a distância, para a qual serão estabelecidos procedimentos de verificação de conhecimentos e competências dos estudantes, que a Ensilis considerar mais adequados. Entre outros, a título meramente exemplificativo, podem ser adotados os seguintes procedimentos:
 - i. Prova oral síncrona;
 - ii. Prova escrita online (com ou sem consulta);
 - iii. Teste objetivo (teste de resposta múltipla);
 - iv. Trabalho académico (ensaio, análise crítica, revisão documental, proposta de ação, etc);
 - v. Portfólio;
 - vi. Relatório;
 - vii. Projeto aplicado, com defesa oral síncrona (individual ou em grupo);
 - viii. Resolução de problemas / casos;
 - ix. Defesa de teses e dissertações.
- b) Gerir incidentes que possam surgir nos processos de avaliação e evitar fraudes, assegurando sempre que os procedimentos de avaliação cumprem os Estatutos e os regulamentos internos de avaliação de conhecimentos e de funcionamento dos ciclos de estudos das instituições de ensino superior da Ensilis, bem como que são realizados em conformidade com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º62/2007, de 10 de setembro, o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas, aprovado pelo decreto-Lei n.º74/2006, de 24 de março, na sua actual redação;

- c) Verificar o uso correto de plataformas virtuais para realizar os testes, assegurando que cada plataforma é adaptada ao objetivo da avaliação e garantindo a conformidade com os regulamentos de proteção de dados;
- d) Identificar, de forma inequívoca, os estudantes que participam nos procedimentos de avaliação a distância.

Mais se informa que a aceitação desta política é essencial para a realização dos momentos de avaliação a distância e que, caso não ocorra, não poderá Ensilis, através das suas instituições de ensino superior, assegurar uma metodologia de avaliação alternativa.

5. Qual é a legitimidade da Ensilis para o tratamento dos seus dados?

A Ensilis trata os dados pessoais de acordo com os seguintes fundamentos:

- a) Cumprimento das obrigações legais aplicáveis à Ensilis. Essas obrigações são estabelecidas na legislação que regulamenta o ensino superior ou em demais legislação aplicável; e
- b) Desenvolvimento e execução do relacionamento formalizado, o qual se encontra definido nas condições de frequência e nos boletins de admissão assinados no momento da matrícula e ou inscrição.
- c) Aceitação da presente política de privacidade.

6. A que destinatários serão os seus dados pessoais comunicados?

Os dados pessoais processados pela Ensilis, tendo em vista a prossecução dos objetivos detalhados acima, podem ser comunicados aos seguintes destinatários, com base na legitimidade referida:

- a) Órgãos, serviços e agentes do Estado e de outras entidades públicas;
- b) Entidades acreditadoras independentes;
- c) Proprietário(s) da(s) plataforma(s) a utilizar na realização dos procedimentos de avaliação, assegurando, sempre que possível, a observância do princípio da pseudonimização dos dados.

As comunicações de dados visam apenas garantir o desenvolvimento correto da relação contratual, bem como cumprir as obrigações legais em vigor.

7. Transferência internacional de dados

O uso das diferentes plataformas de avaliação a distância pode significar que os proprietários dessas plataformas ou as empresas que as gerem se encontram localizados fora do Espaço Económico Europeu.

No entanto, no caso de transferências internacionais de dados, encontram-se implementadas as necessárias garantias, adequadas em conformidade com os artigos 45.º e 46.º do Regulamento (UE) 2016/679.

8. Por quanto tempo mantemos os seus dados?

Os dados pessoais serão mantidos por um período mínimo de 5 anos após a data da realização do procedimento de avaliação, sempre que não tenha sido exercido o direito de apagamento e tendo em consideração, para cada caso concreto, os prazos legais aplicáveis, o tipo de dados e a finalidade do tratamento.

Serão conservados os dados mínimos que façam prova do percurso académico do estudante, os quais integrarão o processo individual do estudante.

9. Quais são os seus direitos em relação ao tratamento que fazemos dos seus dados?

A Ensilis informa-o que tem o direito de aceder, a todo o tempo, aos seus dados pessoais e obter confirmação de como esses dados estão a ser processados.

Da mesma forma, tem o direito de solicitar a retificação de dados inexatos ou, quando apropriado, solicitar o seu apagamento sempre que os dados deixem de ser necessários para a prossecução das finalidades para aos quais foram recolhidos.

Em determinadas circunstâncias, pode ainda solicitar a limitação do processamento dos seus dados.

Da mesma forma, pode o titular se opor ao processamento dos seus dados pessoais para outra finalidade definida. Nesse caso, a Ensilis interromperá o processamento dos dados pessoais em questão, a menos que haja razões legítimas, ou para garantir o exercício ou a defesa de possíveis reivindicações ou para assegurar o cumprimento de determinações legais e regulamentares em vigor. A Ensilis não responde por quaisquer anomalias no normal prosseguimento das atividades académicas que a interrupção do processamento dos dados possa originar.

Por fim, pode também solicitar o direito à portabilidade dos dados pessoais.

O exercício dos seus direitos poderá ser feito por um dos seguintes meios:

- a) Carta escrita para Ensilis, Educação e Formação, Unipessoal, Lda., Quinta do Bom Nome, Estrada da Correia, n.º53, 1500 210 Lisboa; ou
- b) E-mail para direitos.dados@Ensiliseuropeia.pt

Em ambos os casos, é necessário comprovar a identidade da pessoa que exerce os seus direitos.

A Ensilis fornecerá as informações solicitadas no prazo máximo de um mês após o recebimento da solicitação. Esse período pode ser prorrogado por mais dois meses, se necessário, levando em consideração a complexidade e o número de solicitações. O titular pode igualmente reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) ou contactar o nosso Encarregado de Proteção de Dados (DPO), que analisará a reclamação dentro de um período máximo de dois meses.